



## **PLANEJAMENTO URBANO EM IMPERATRIZ (MA): UMA PERSPECTIVA CRÍTICA NA LÓGICA DO BAIRRO DE SANTA INÊS**

José Geraldo Pimentel Neto

Professor da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL),  
Maranhão, Brasil  
[gerageo@gmail.com](mailto:gerageo@gmail.com)

Keilha Correia da Silveira

Professora Adjunta da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL),  
Maranhão, Brasil  
[silveira.kc@gmail.com](mailto:silveira.kc@gmail.com)

Diego Quintino Silva

Pesquisador do Centro de Investigación en Ciencias de Información Geoespacial A. C.  
(CENTROGEO), Cidade do México, México  
[diego.quintino@hotmail.com](mailto:diego.quintino@hotmail.com)

**RESUMO** – A cidade média de Imperatriz é a segunda cidade mais importante do Estado do Maranhão perdendo apenas em complexidade e quantidade de população para a capital regional São Luís. Esse condicionante coloca Imperatriz como uma importante cidade na região, sendo nó estratégico para as complexidades do mercado regional-nacional. Porém, foi verificado na pesquisa que a cidade possui grande problemas no planejamento urbano, pois mesmo com uma população acima de 250 mil habitantes ela ainda não possui institucionalizado um plano diretor, gerando grandes gargalos nas boas práticas da gestão pública. O resultado é que a cidade cresceu economicamente e se expandiu fisicamente, mas sem grandes ações na área do planejamento urbano e isso pode ser verificado na análise do Bairro de Santa Inês que é uma representação da parte da totalidade da cidade.

Palavras-chave: Planejamento urbano; análise espacial; Imperatriz (MA).

## **URBAN PLANNING IN IMPERATRIZ (MA): A CRITICAL PERSPECTIVE IN THE LOGIC OF THE NEIGHBORHOOD OF SANTA INÊS**

**ABSTRACT** – The middle city of Imperatriz is the second most important city in the State of Maranhão losing only in complexity and amount of population to the regional capital São Luís. This condition places Imperatriz as an important city in the region, being a strategic node for the complexities of the regional-national market. However, it was verified in the research that the city has major problems in urban planning, because even with a population above 250,000 inhabitants it has not yet institutionalized a master plan, generating major bottlenecks in the good practices of public management. The result is that the city has grown economically and expanded physically, but without major actions in the area of urban planning and this can be verified in the analysis of the Neighborhood of Santa Inês which is a representation of the whole part of the city.

Keywords: Urban planning; spatial analysis; Imperatriz (MA)

## INTRODUÇÃO

O conceito de espaço é bastante amplo e fluído, principalmente, porque ele é utilizado por diversas ciências. Com isso, tal conceito assume múltiplos significados no senso comum. Em ciências, como na Biologia, na Física e na Matemática, o espaço é um conceito unitário que visa à especificação, necessariamente amostral de uma ocorrência de determinado fenômeno, ou seja, fato, concebendo-se apenas o que de fato é "aparente" ou superficial, ou em outros termos, físico presencial.

Corrêa (2003) indica de forma abrangente que a noção de espaço é trabalhada por meio de sua representação em diversos momentos históricos, em especial, quando é estimulado o estabelecimento de todos os tipos de práticas espaciais e diversas categorias, tais como: o tempo, a escala e a relação homem versus natureza. Nesse sentido, esse estabelecimento parte de uma visão do espaço vivido (uma microescala em uma determinada temporalidade) para o geral (macro escala em uma determinada temporalidade) e, em outros, do geral para o vivido, possibilitando uma compreensão de como diferentes espaços foram transformados, construídos e reconstruídos, com base em interesses e necessidades de diferentes sociedades, territórios, cidades<sup>1</sup>, etc.

Especificando o debate para o objeto do estudo, os espaços urbanos, na lógica atual da globalização, permitem que pessoas, instituições e empresas com temporalidades diversas, funcionem na mesma localidade de modo "harmônico" com suas verticalidades (espaços financeiros, ou seja, disparidades) e horizontalidades (espaço banal, ou seja, espaços da convivência). Essa relação é materializada na cidade, ou seja, a cidade é o ponto de conexão entre essas perspectivas da horizontalidade e das verticalidades debatidas por Santos (2000).

Nessa perspectiva, a cidade é a manifestação do urbano, sendo marcada pela tomada do capitalismo, o que traz a produção (com as máquinas) e o proletariado (com sua mão de obra) para os espaços do poder. Então, ela é o lócus do excedente, do poder, da acumulação de técnicas e da inovação, possuindo, assim, um cenário privilegiado da reprodução social que, em suma, é ocasionada pelas lutas de classe. Souza (1994) enfatiza que a cidade é uma obra humana. Ela é um mundo de objetos, produzidos segundo procedimentos, determinados por materialidades e regidos por intencionalidades precisas. A cidade é, então, uma intencionalidade. Isso, portanto, quer dizer que a cidade é uma negação da natureza, daquilo que é físico, gerando ações e processos que atuam na construção da humanidade, a partir do seu modo de produção.

Desse modo, nessa nova etapa do desenvolvimento capitalista, a cidade está sintetizada na categoria da capital da financeirização, na qual passam a prevalecer os interesses financeiros sobre os da geração de riqueza real e sobre as harmonias da lógica social. De acordo com Harvey (2013), as cidades continuam sendo constituídas pelas múltiplas classes sociais do modo que a produção capitalista globalizada gera hierarquizações intraurbana e interurbana, promovendo, assim, complexidade nas localidades.

E, finalmente, como coloca Santos (2003), a cidade é o lócus da técnica e da tecnologia, proporcionando ações e eventos instantâneos, a partir dessa globalização. Esse processo diminui e aproxima as relações entre cidades. Contudo, é importante destacar que não são todas as cidades, ou melhor, não é toda a totalidade da cidade que está inserida nessa lógica de inserção globalizada, ora por não estar inserida pelos fatores socioeconômicos ora por interesses estratégicos do próprio capital.

Outro fator importante é a complexidade dos eventos nos espaços<sup>2</sup> que são desenvolvidos pela interferência humana, gerando novos paradigmas no processo de produção capitalista cidadão. De acordo com Harvey (2013), nos últimos tempos, as tecnologias vêm dinamizando cada vez mais as redes físicas mundiais, o que faz com que esse período se torne mais fluído e dinâmico. Assim, quem não estiver inserido nesse processo, ficará à margem.

Tais processos estão associados aos condicionantes físicos dessa rede (as conexões promovidas pela cidade e seu entorno), gerando as funcionalidades das cidades. E, quanto mais intensas forem essas estruturas, maior será a dinâmica e a procura da população (SANTOS, 2000). Sendo assim, de acordo com Castells (1996, 1999), as redes e as estruturas são de suma

importância para o desenvolvimento, bem como para a articulação da cidade e entre cidades (lógica da rede urbana). IBGE (2020) indica que o tamanho das cidades tem a ver com o papel da distribuição do trabalho, da população, da concentração e dos seus recursos financeiros. Quanto maior é a cidade, mais recursos ela terá e, conseqüentemente, será uma mercadoria de valor (VAINER, 2000). Essa situação é verificada em Corrêa (1995), que indica que, quanto mais profissões existirem, mais eficazes economicamente, mais poder e mais polarização uma cidade terá. Essa lógica é importante para entender as relações de hierarquia entre essas cidades no capitalismo globalizado, ou seja, no capitalismo do novo milênio relacionado com a globalização e com o mercado financeiro.

Reforçando o debate sobre a cidade enquanto mercadoria de luxo, Vainer (2000) indica que essa perspectiva foi trazida para a América Latina nos anos 90. O autor coloca que “a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, e, sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis” (VAINER, 2000, p. 80). Nesse sentido, nessa nova lógica de cidades enquanto mercadoria, tendo, a partir de 1988 com a Constituição<sup>3</sup> cidadã, uma maior flexibilização na tomada de decisão pelo fato do federalismo descentralizado as cidades médias brasileira, em sua grande maioria, passaram, em alguma medida, por esse processo de embelezamento urbano. Ora proporcionado pelas classes dominantes locais<sup>4</sup>, as cidades médias, ora para as grandes corporações, as cidades grandes.

Portanto, o debate conceitual sobre cidade é verificado em Martins (2013), que ressalta a necessidade de uma “nova cidade”, uma cidade mais moderna, conecta e infraestruturada para seus “cidadãos”, tendo no processo de centralidade, a proliferação das periferias e em seu entorno, gerando superpopulações e grandes áreas metropolitanas. Esses centros metropolitanos são as primazias da economia, possuindo uma função ou várias funções na hierarquia urbana, como colocado por Christaller (apud BRADFORD e KENT, 1987). É nesse ponto que se deve compreender as cidades no Brasil.

De forma simples, a hierarquia urbana analisada pelo IBGE (2020) enfatiza que o tamanho das cidades está diretamente relacionado com o papel da distribuição do trabalho, da população e dos seus recursos financeiros. Tal situação, nessa hierarquia, gera uma lógica que, quanto maior é a cidade, mais recursos, mais população e mais infraestrutura, ela terá. Desenvolvendo esse raciocínio é chegado à seguinte lógica que, quanto maior a cidade, mais profissões, tipos de trabalho e inter-relações ocorrem. Isso potencializa a lógica econômica, além de gerar um poder sobre seu entorno e sobre outras áreas (a depender da sua força gravitacional).

Essa complexidade, no Brasil, de acordo com o IBGE (2020), é verificada no que se convencionou chamar de cidades médias. Ou seja, são as cidades de médio porte que possuem características importantes para seu entorno e região, pois serão elas que polarizarão as cidades de zona e as pequenas cidades, a partir dos serviços de média escala na lógica da complexidade.

Sobre o conceito de cidades médias é verificada uma variedade na sua definição, isto é, não havendo um consenso entre os estudiosos neste tipo de pesquisa. Essa perspectiva envolve uma série de interpretações e conceituações, que promovem certa diversidade conceitual sobre o fenômeno das cidades médias. Como o objetivo do artigo não é desenvolver uma base teórica sobre cidades médias, é verificada sua definição mais generalista que tem como preocupação analítica, como coloca Spósito (2001), sobre as visões da descentralização, da verticalização e da transformação de espaços rurais em áreas urbanas. O rearranjo de usos de Bairros e a estratificação do uso do espaço urbano.

De acordo com a autora, são verificadas duas grandes formas de pesquisa sobre as cidades médias, no Brasil. Uma mostra diferenças quantitativas (número de habitantes, fluxo de automóveis, indicadores sociais e econômicos, diferenciando, assim, o ritmo de polarização para as cidades maiores etc.) na comparação entre cidades e regiões brasileiras. A outra, por sua vez, foca na análise qualitativa, como na vida urbana e na vida cotidiana, nos processos da urbanização, nas dinâmicas urbanas, na lógica dos processos e nas práticas espaciais, entre

outros estudos nessa perspectiva.

A partir desses dois tipos de estudos, é que, normalmente, se materializa as duas formas de analisar e conceitualizar as cidades médias no Brasil. De acordo com Spósito (2001), o primeiro classifica a cidade média, a partir de seu tamanho populacional, fatores econômicos e complexidade na rede urbana, o que está muito atrelado à lógica do estudo do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). Já o segundo trabalha na perspectiva da elaboração de um conceito de cidade média, incorporando elementos mais específicos, tendo em vista uma nova forma de visão de mundo sobre a discussão. Nesse debate, distintas questões - situação geográfica ao seu favor, relevância regional, afastamento das áreas metropolitanas e oferta de bens, serviços e empregos para centros de menor porte que a cidade média - constituem alguns dos critérios que contribuem para uma nova definição do termo “cidade média” (SPÓSITO, 2001).

Na primeira perspectiva de pesquisa, um dos parâmetros, frequentemente, usado para definição do que seja “cidade média” é o aspecto funcional populacional. Assim, na década de 1970, o conceito de cidades médias remetia aos centros ou aglomerados urbanos que tinham população urbana entre 50 mil e 250 mil habitantes. Segundo Andrade e Lodder (apud PEREIRA, 2004), o tamanho populacional de uma cidade traz implicitamente, baseando na teoria gravitacional, dimensões funcionais. Além disso, reflete níveis de complexidade e complementaridade econômica desses centros. Em outras palavras, quanto maior o centro, mais força ele vai ter.

Na segunda perspectiva de pesquisa, a verificação das cidades médias tem como foco os estudos pautados nesta nova fase do capitalismo globalizado, o que se dá a partir de características, como: transporte do Bairro, agentes econômicos locais e complexidade de infraestrutura de acordo com sua região. Diante disso, quanto mais distante dos centros metropolitanos, mais são procuradas as cidades médias pelas cidades de menor porte. Essa dinâmica está associada à lógica brasileira, pois uma cidade pode diferenciar de macrorregião para macrorregião, principalmente, se tratando das regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste). Isso acontece, pois cada região teve um tipo de formação histórica e econômica, bem como um tipo de cultura, o que gera evidências particulares na complexidade das cidades médias no Brasil.

Debatido todos os pontos teóricos inseridos nesta pesquisa, o grande ponto que foi analisado neste estudo é a questão do processo de planejamento urbano cidadão nas cidades médias, tendo diversos problemas na lógica do crescimento urbano. Em virtude dessa nova realidade, a realização deste estudo adquire grande importância para cidade de Imperatriz. Isso, pois, em alguma medida, ela possui uma complexidade que atrai muitas outras pessoas de outras cidades e regiões para o seu centro urbano. Tal questão pode ser vista no estudo de Araújo (2016), quando indica a lógica de atração do sistema de saúde de Imperatriz para mais de 30 municípios. Outro ponto é que a cidade é um entreposto econômico que se conecta, partir da rodovia BR Belém-Brasília, com quatro grandes cidades do Brasil. São elas: Belém, Brasília, São Luís, Teresina e Goiana.

O grande ponto a ser estudado neste artigo é a relação das práticas espaciais de Corrêa (1995) com as categorias do espaço de Santos (1985). Essa relação gerou uma estrutura matricial que proporcionou uma análise da complexidade urbana na cidade de Imperatriz, no Maranhão. Por ser uma cidade média de grande complexidade e tamanho para a lógica regional do nordeste brasileiro, foi estabelecido metodologicamente que o foco do estudo ficaria na escala do bairro. Isso se dá, pois são perceptíveis as correlações que um bairro de uma cidade tem com sua cidade por completo. Por esse motivo, o estudo focou no Bairro de Santa Inês, em Imperatriz, tendo como foco as análises da complexidade do planejamento urbano e do crescimento urbano, em uma perspectiva geográfica das práticas e categorias do espaço urbano.

## **METODOLOGIA**

Como visto na seção anterior, a discussão teórica do artigo está associada às práticas analíticas do espaço urbano<sup>5</sup>, baseando-se nos aportes teóricos de Santos (2000) e Corrêa (1995), que indicam

as interdependências do processo de formação histórica, econômica e social na estruturação, bem como no desenvolvimento das cidades. Para Santos (1985), a análise do espaço compreende a leitura da evolução do conceito de espaço e sua relação com os novos tempos. Isso, a partir da globalização, do meio técnico-científico informacional e das suas relações com as diversas redes entre os sistemas de ações e os sistemas de objetos. O autor estabelece quatro categorias de análise do espaço, conforme mostrado no Quadro 1.

Para Corrêa (2003), as práticas espaciais indicam uma relação com a produção do espaço capitalista e as ações para dinamizar ou não dinamizar uma determinada área. Como mostrado no Quadro 2, são definidas seis práticas espaciais, cujas características são distintas, mas não são parcialmente excludentes, podendo, assim, ocorrer combinadamente ou apresentarem um caráter complementar entre uma e outra prática.

**Quadro 1.** Categorias de análise do espaço, segundo Milton Santos.

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO
FORMA	É o aspecto visível, exterior e perceptível ao observador de um objeto ou de um conjunto de objetos, formando um padrão espacial.
FUNÇÃO	Resulta de uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto ou conjunto de objetos em forma.
ESTRUTURA	Diz respeito à natureza social e econômica de uma sociedade em determinado momento histórico. É a matriz social, na qual as formas e a função são criadas, bem como justificadas.
PROCESSO	Refere-se à ação que se realiza de modo contínuo, visando a resultados. Estes são, constantemente, reformulados pelas contradições internas de uma sociedade, ao longo do tempo.

Fonte: SANTOS (1985)

**Quadro 2.** As práticas espaciais, segundo Roberto Lobato Corrêa.

PRÁTICAS ESPACIAIS	DESCRIÇÃO
Seletividade espacial <sup>6</sup>	Esta prática tem como principal foco a relação entre o homem e a produção do espaço, pois ele age de forma seletiva. Ou seja, ele seleciona uma gama de atributos, que podem contribuir e facilitar o seu interesse específico.
Fragmentação espacial	É uma prática que pode ocorrer em uma dinâmica capitalista de uma empresa (ou qualquer organização que vise ao lucro) ou mesmo em um espaço geográfico. É um processo, no qual organizações tendem a se “desagregar” para colher melhores proveitos do sistema em questão.
Remembramento espacial	É uma prática que surge, a partir de uma racionalização de custos. Assim, unidades vão se aglutinar umas às outras, formando uma só organização espacial.
Antecipação espacial	É uma prática que visa à localização de uma atividade em um dado local, mesmo antes desse local apresentar condições favoráveis.
Marginalização espacial	Esta prática demonstra que o valor de um determinado lugar pode variar em uma escala temporal. Influências de ordem econômica, cultural e social podem alterar a dinâmica de um determinado local, deixando-o, assim, à margem das relações espaciais.
Reprodução da região produtora	Esta prática cria condições favoráveis ao processo produtivo, tendo como objetivo manter a localidade na centralidade das relações produtivas no sistema capitalista de produção.

Fonte: Roberto Lobato Corrêa (2003)

O segundo procedimento metodológico utilizado na elaboração deste trabalho refere-se à escala de observação das categorias de análise do espaço e das práticas espaciais. A escala do Bairro foi

decidida com base nos estudos sobre a paisagem urbana, que foram desenvolvidos por Lynch (apud CLARK, 1985). Para o autor, o conteúdo das imagens de uma cidade compõe um mapa mental composto por cinco elementos, a saber, o caminho (as vias), as bordas ou margens (as interrupções na continuidade da cidade), os nós (pontos focais dentro da cidade), os marcos (pontos de referência) e o Bairro (parcelas de grandeza média a grande de uma cidade, que são identificadas por carácter comum). Considerando tais elementos da paisagem urbana, o Bairro de Santa Inês foi selecionado para o estudo de caso. Trata-se de um bairro central na dinâmica urbana de expansão, valorização e especulação da cidade de Imperatriz (MA).

O processo metodológico de entendimento da relação das categorias de análise do espaço com as práticas espaciais gerou o Quadro 3. Entre essas duas formas analíticas, o espaço na perspectiva geográfica foi direcionado para a lógica urbana da cidade de Imperatriz (MA). Os resultados da pesquisa foram gerados, a partir da pesquisa secundária (referências, sítios, documentos etc.) e da pesquisa primária (trabalho de campo / *Web*<sup>7</sup> / *Google Maps* / *Google Earth* etc.). Em resumo, este quadro tem por objetivo demonstrar, de forma resumida, como foi realizada a pesquisa, tendo como resultado a análise do espaço urbano de Imperatriz (MA).

**Quadro 3.** Matriz relacional de pesquisa entre as categorias e as práticas espaciais

CATEGORIAS	PRÁTICAS ESPACIAIS			
	Seletividade e antecipação	Fragmentação e Remembramento	Marginalização	Reprodução da região reprodutora
<b>Forma</b>	Trabalho de campo em 2021, amparando-se em imagens do Bairro de Santa Inês – A pesquisa foi realizada nos dias 20 até 23 de abril de 2021 <sup>8</sup> .			
<b>Função</b>	Pesquisa secundária nas plataformas governamentais do município de Imperatriz, bem como nos sítios da internet que correlacionam à cidade de Imperatriz (inclusive, redes sociais). Tal pesquisa focou nas questões relativas à funcionalidade da cidade, juntamente com o trabalho de campo (entrevistas semiestruturadas com alunos de Geografia e de Arquitetura & Urbanismo da cidade de Imperatriz), correlacionando as percepções de mundo com a função da cidade, na lógica político-administrativa. As entrevistas foram desenvolvidas aos transeuntes (que se exercitavam ou faziam algum tipo de deslocamento) nas avenidas Sabiás Laranjeiras, Rouxinóis e a rua dos Biguás a partir das 16 horas e 30 minutos até às 19 horas dos dias 20 até 23 de abril de 2021			
<b>Estrutura</b>	Trabalho de campo em 2020 e 2021, amparando-se em imagens do Bairro de Santa Inês e utilizando as entrevistas semiestruturadas para comparar as estruturas de um período com o outro associando a lógica da Categoria Processo. Como também a pesquisa secundária verificando as estruturas nas plataformas governamentais do IBGE e Google Earth com as imagens do <i>google Street View</i> 2012, além das pesquisas nas plataformas do município de Imperatriz, e dos sítios da internet que correlacionam a cidade de Imperatriz (inclusive, redes sociais) ao Bairro de Santa Inês e às suas respectivas estruturas.			
<b>Processo</b>	Análise do processo de percepção histórica, a partir das imagens do <i>Google Earth</i> , <i>Google Maps</i> e <i>Google Street View</i> (2012 – 2021), correlacionando imagens de campo coletadas em 2020 e 2021. Foi realizada a leitura de artigos científicos, que abordam a temporalidade histórica da cidade de Imperatriz, focando na lógica urbana-regional. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alunos de Geografia e Arquitetura & Urbanismo da cidade de Imperatriz, verificando a percepção do processo de formação histórica da cidade. Além disso, foi recolhido nas entrevistas semiestruturadas narrativas perceptivas sobre os moradores transeuntes nas avenidas Sabiás Laranjeiras, Rouxinóis e a rua dos Biguás a partir das 16 horas e 30 minutos até às 19 horas dos dias 20 até 23 de abril de 2021 sobre o processo de transformação do espaço urbano no Bairro de Santa Inês nos últimos 11 anos (2010 – 2021)			

Fonte: Santos (1985) e Corrêa (2003). Elaborado pelos autores (2021).

Além disso, a matriz relacional do Quadro 3 se correlaciona com a atual conjuntura do modo de produção capitalista, de acordo com as relações do capitalismo globalizado. Essas práticas comportam-se como um conjunto de ações espacialmente localizadas. Estas vão desempenhar um impacto direto no espaço geográfico, que, neste trabalho, foi o espaço urbano da cidade média de Imperatriz (MA).

Por fim, foi realizado o trabalho de campo, no mês de abril de 2021, mais especificamente, na segunda quinzena. Tal ação gerou as referências iconográficas da respectiva pesquisa. É com esses dados de campo, bem como com os dados secundários coletados no sítio da prefeitura, que foi realizada a avaliação, a partir da matriz do Quadro 3. Esta, por sua vez, permitiu uma verificação dos condicionantes atuais do Bairro de Santa Inês, em Imperatriz. Gerando uma verificação comparativa da escala de Bairro com a escala da cidade, pois há muitos pontos de correlação na forma de gestão do Bairro que faz parte da lógica da cidade. Isso serve como parâmetros para compreender o crescimento, o planejamento e o desenvolvimento urbano na cidade de Imperatriz, no Maranhão.

### **O BAIRRO DE SANTA INÊS, IMPERATRIZ (MA): O PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A LÓGICA DO PLANEJAMENTO URBANO.**

A cidade de Imperatriz é a segunda cidade mais importante no estado do Maranhão, perdendo, na lógica da complexidade, para a capital regional São Luís (MA), como é evidenciado pelo censo do IBGE 2010. O fato de a cidade ter essa importância não significa que não enfrente problemáticas, como é colocado por Martins (2013), na lógica de uso e ocupação do solo urbano, moradia, saneamento básico etc. Quando a população de uma cidade aumenta, ela tende a se expandir, precisando, assim, de um território urbano maior. Se isso não tiver sido planejado, gerará futuros problemas na lógica da gestão pública municipal. Tal situação é uma das características da cidade de Imperatriz, no Maranhão.

Ao realizar uma primeira análise conjuntural da cidade (na sua totalidade), são verificados dois grandes problemas na gestão pública municipal. Como já mencionado, Imperatriz é uma cidade de aproximadamente 260.000 habitantes, de acordo com as estimativas do IBGE. Esse número está bem distante dos 20.000 habitantes do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2002), que enfatiza ter a necessidade de desenvolver um plano diretor para o município.

Atualmente, o que há é uma página de internet no sítio da prefeitura de Imperatriz<sup>9</sup>, contendo informações sobre as propostas que foram organizadas pela Fundação Sôsândrade. Tal fundação foi/é a responsável pela formatação do plano, que faz a configuração das leituras técnicas e comunitárias. O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da cidade já possui texto base, mas não há, até o momento, nenhuma informação sobre quando será implementado ou mesmo se haverá mais alguma etapa para o envio à câmara dos vereadores, para aprovar ou reprovar tal plano.

Em resumo, essa situação indica que não há plano diretor atual. Além disso, não foi encontrado na página da prefeitura de Imperatriz<sup>10</sup> nenhum documento anterior sobre qualquer outro plano diretor, indicando a ausência da produção do plano a cada dez anos, como indica o Estatuto da Cidade de 2000. Tal situação demonstra que o primeiro ponto negativo que deve ser, imediatamente, implementado é o plano diretor. E, pelo fato de, aparentemente, não haver outro, indica que a cidade nunca teve uma grande preocupação com o processo de planejamento urbano. Isso, pois, desde 2000, já existe o estatuto da cidade. E, nesse período, Imperatriz já tinha muito mais de 20 mil habitantes, sinalizando que, desde esse período, deveria haver um plano diretor.

Outro ponto negativo que foi informado pela comunicação da prefeitura (ouvidoria), Figura 1, na qual, a partir da aba solicitação, foi solicitado um mapa temático ou mesmo algum arquivo da cidade de Imperatriz, zoneada pelos Bairros da cidade que, hoje, tem mais de 80 Bairros. E, para qualquer tipo de planejamento urbano, essa é a primeira etapa para obter uma boa governança pública entre suas secretarias e parceiros. A informação obtida é que não havia tal mapa ou



documento. Diante desse quadro, foi enviado um sítio<sup>11</sup> da internet, que contém o arquivo, em formato CAD com as estruturas de vias e edificações de Imperatriz (MA). Nesse sentido, essa situação demonstra uma total falta de preocupação com o planejamento urbano cidadão de Imperatriz. Isso, pois não havendo nenhum mapa para a promoção de ações públicas, a única referência é o Google Maps. Este indica, minimamente, onde estão localizados os Bairros de Imperatriz. Tal informação foi, inclusive, repassada pela ouvidoria da prefeitura.

E, finalmente, na perspectiva da análise da totalidade do município, há a Lei ordinária nº 1.555/2014, que institui a política de mobilidade urbana no município de Imperatriz, bem como dá outras providências na lógica da acessibilidade urbana. Tal Lei faz referências ao plano diretor que, aparentemente, não existia (pois, não foi encontrado). Em termos de exemplificação, o Art. 5º, no parágrafo I, indica que, para realizar o diagnóstico que permita “identificar aspectos referentes ao transporte e ao trânsito a serem trabalhados e locais a serem qualificados nos termos propostos por esta lei, de modo a possibilitar a elaboração de um Plano Diretor de Mobilidade Urbana”.

**Figura 1.** Ouvidoria da Prefeitura de Imperatriz



Fonte: <http://www.imperatriz.ma.gov.br/ouvidoria/>

O ponto a ser verificado é se, nesta lei, há requisitos que só podem ser desenvolvidos, a partir do plano diretor. Como até o momento, não há nenhum indício que haja qualquer um (até em tempos pretéritos), a lei fica com pouco fundamento prático na lógica da gestão pública. Isso é perceptivo na prática, pois não há nenhum tipo de planejamento urbano para as práticas de mobilidade e acessibilidade urbana, na cidade. O que abrange desde as calçadas (sem nenhum padrão de uma casa para outra) até as ruas na forma do tráfego e nos critérios de estacionamento e punição. Inclusive, foi criado um sistema de Zona Azul na cidade, iniciando em 2020, que causou muita controvérsia por conta da cultura local. A população local, aparentemente, não aceitou a proposta de democratização do estacionamento na área central de Imperatriz (MA), pois tal proposta é gerar rotatividade e a organização para os transeuntes que vão ao Centro da cidade.

O sistema de Zona Azul no centro de Imperatriz (MA) foi uma decisão unilateral do poder público sem diálogo com a população local, que denuncia haver na prática uma política de multas deletéria para todos os que não utilizavam o bilhete da Zona Azul. Essa situação mostra que a cidade e sua sociedade têm muito a debater sobre os processos da gestão urbana participativa que, a partir da lógica de Bairro, são verificados diversos problemas na prática da gestão pública, mais especificamente, na área do planejamento e do desenvolvimento urbano.

Essas situações da cidade, também, em alguma medida, repercutem no Bairro de Santa Inês. Este, a partir deste ponto, será analisado utilizando o Quadro 3, ou seja, a metodologia matricial.

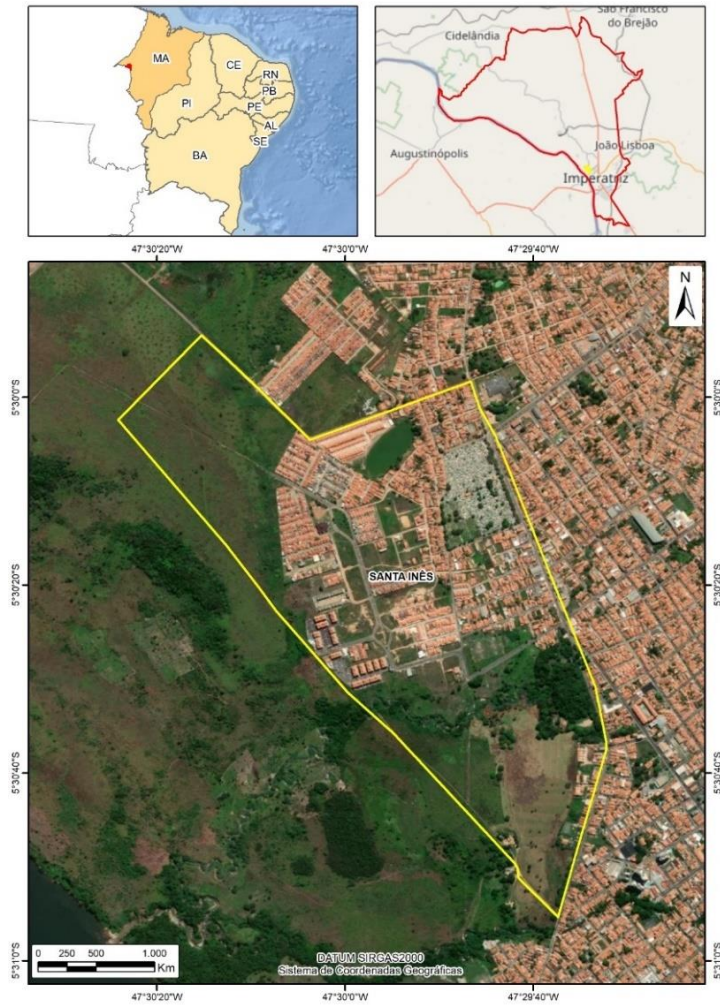


Isso com o objetivo de compreender diversos pontos do planejamento urbano da cidade de Imperatriz, a partir da lógica de compreensão das categorias do espaço e das práticas espaciais. As avaliações mais específicas do Bairro de Santa Inês (mapa de localização - Figura 2) ficaram associadas ao trabalho empírico, bem como às entrevistas semiestruturadas dos alunos de Geografia e Arquitetura das faculdades públicas e privadas de Imperatriz.

As entrevistas foram realizadas aos transeuntes (que se exercitavam ou faziam algum tipo de deslocamento) nas avenidas Sabiás Laranjeiras, Rouxinóis e a rua dos Biguás a partir das 16 horas e 30 minutos até às 19 horas do dia 20 até 23 de abril de 2021. Todos os entrevistados eram residentes ou trabalhavam no Bairro Santa Inês. Foram feitas as seguintes perguntas: O que há de melhor e pior no Bairro de Santa Inês? Além disso, foi desenvolvido a pergunta fechada, por que você mora no Bairro de Santa Inês? Tendo como possíveis respostas as seguintes questões: (I) proximidade com o trabalho; (II) ter o terreno; (III) infraestrutura do Bairro; (IV) Tipo de construção adequada ao seu interesse; (V) investimento e/ou especulação imobiliária. E finalmente, se fazia uma análise comparativa utilizando as imagens da figura 4 com a figura a figura 5, que não era preciso ser utilizada, pois era perceptível em campo a modificação da paisagem urbana nesses 9 anos de processo e modelagem do espaço urbano no Bairro.

Foram feitas 30 entrevistas nessa lógica qualitativa, gerando informações e dados qualitativos que não foram quantificados numa perspectiva amostral, pois não havia uma amostra adequada para essa tal tipo de método e avaliação. Outro fator importante era ter uma percepção da visão dos moradores do Bairro, por isso, o objetivo não era a análise quantitativa, mas, sim, compreender a dinâmica e produção do espaço urbano no bairro de Santa Inês a partir da percepção dos moradores/trabalhadores do Bairro.

**Figura 2.** Localização da área



Fonte: Google Maps (2021)

As primeiras práticas espaciais analisadas foram à antecipação e a seletividade espacial, no Bairro de Santa Inês. Foi verificado que o Bairro tem uma área que, em certo momento, fazia parte da lógica de antecipação espacial. Contudo, depois, ela transformou-se em uma área de seletividade espacial. Essa localidade tem como marco a Paróquia de Santa Inês, na Avenida Sabiás Laranjeiras, como mostra a Figura 3.

**Figura 3.** Localização das práticas de antecipação e seletividade espacial no Bairro de Santa Inês







Fonte: Google Street View (2012)

**Figura 5.** Avenida Sabiás Laranjeiras – Seletividade especial



Fonte: Autores (2021)

Tais imóveis, de moradia e serviços, passaram a ser valorizadas no mercado imobiliário local, por ser uma área de expansão da cidade, que fica, relativamente, próxima a empresa Suzano e ao centro da cidade. Este ponto também foi ressaltado nas entrevistas, 8 (oito) entrevistados informaram poderiam vender, na lógica da especulação, seus imóveis, pois estão quase o dobro do investimento feito anteriormente.

Sendo mais específico sobre o processo de valorização, de acordo com as entrevista, é verificado um aumento de 200 mil reais nas atuais estruturas urbanas no Bairro Santo Inês, já que antes poderia (em 2012-2019) encontrar/comprar uma casa em um condomínio fechado (padrão classe média) por algo em torno de 200 até 260 mil reais e hoje as casas, fora dos condomínios (Figura 4), estão acima de 460 mil reais, ou seja, um aumento de 100% na valorização dos empreendimentos de moradia e serviços na localidade de acordo com as entrevistas desenvolvidas.

Ainda sobre as entrevistas foi verificado para outros 7 (sete) entrevistados que informaram ter ido para o Bairro Santo Inês, especificamente na Avenida Sabiás Laranjeiras, porque era uma estrutura de classe média adequada que poderia desenvolver obras de melhorias sem muitos problemas adequado aos padrões estabelecidos pelos entrevistados e não estava tão próximo e, ao mesmo tempo, tão distante do Centro de Imperatriz (Bairro comercial) que para todos eles eram o local de trabalho.

Essa lógica da antecipação e seletividade indica a relação com as grandes forças locais, para a promoção da especulação imobiliária no município. Em uma das narrativas, foi informado que um gestor público foi beneficiado por saber antecipadamente sobre essas obras e iniciou compras de terreno na respectiva área. Obviamente que isso é uma hipótese, pois não há nenhuma comprovação

sobre tal processo. Porém, a lógica se assemelha com outras práticas do empreendedorismo urbano nas cidades médias, pois tal ação é factível de ser cogitada já que o processo de globalização, nas cidades médias, tem como ponto focal as grandes oligarquias regionais.

Sobre as práticas de remembramento e fragmentação espacial, foi verificado que o Bairro de Santa Inês, como qualquer outro, já foi maior. Por conta da expansão urbana da cidade, atualmente, ela foi fragmentada para ter, em tese, uma melhor distribuição das ações públicas no município. Para essas duas práticas, como as informações são bem difusas e não concretas, o mais importante é compreender que, na região, atualmente, há quatro Bairros<sup>13</sup> conectados ao Bairro de Santa Inês. Saber qual veio primeiro entre eles seria uma tarefa de outro trabalho de pesquisa. O grande ponto é saber que essa prática existe e faz parte da lógica da cidade e do bairro estudado, como mostra a Figura 6.

**Figura 6.** Limites e fronteiras com outros bairros – fragmentação espacial



Fonte: IBGE (2020)

O grande ponto sobre essa estrutura de distribuição na lógica da fragmentação e remembramento é que deveria ser uma ação para promover as boas práticas da gestão pública. Entretanto, pelo cenário informado via ouvidoria, sem ter as bases para a delimitação dos bairros da cidade, essas práticas da gestão pública terminam não funcionando adequadamente.



Sobre a prática de marginalização espacial que é verificada na cidade (enquanto totalidade) também é verificada no Bairro de Santa Inês. Conforme ressalta Vainer (2000), a cidade é uma mercadoria de luxo, porém não é a totalidade da cidade, mas, sim, a parte de maior interesse, ou seja, as partes que foram antecipadas e seletivas na cidade. Como mostra a Figura 7, foram verificadas áreas que não são de interesse do mercado local-regional para a especulação imobiliária. Todavia, elas deveriam ser foco da gestão pública, mas, às vezes, esse foco fica difuso, em função das forças de poder local-regional e dos seus diversos interesses, gerando um desequilíbrio nas áreas que deveriam ter maior intervenção pública.

**Figura 7.** Prática espacial marginalização em Santa Inês



Fonte: autores (2021)

Por fim, a lógica da prática reprodução da região produtora que tem como foco o desenvolvimento diferenciado no mercado e na inovação, potencializando aquela área em diversos fatores locais. No Bairro de Santa Inês, não há nenhuma estrutura desse porte, mas, aproximadamente, com 15 km, há a indústria de papel e celulose Suzano. Esta, em alguma medida, potencializou a lógica da moradia e da especulação imobiliária, pois está em um dos principais bairros em crescimento urbano (com certas partes do bairro com qualidade de moradia para colaboradores do médio e alto escalão da empresa). Isso, pois o Bairro é a “porta de entrada” de Imperatriz para a empresa Suzano.

Foi possível verificar que as práticas espaciais, juntamente com as categorias de análise do espaço, promovem uma excelente interpretação do status quo do Bairro de Santa Inês e, em contrapartida, da cidade de Imperatriz, no Maranhão. O ponto mais importante é que, por conta da falta da legislação, da cultura local e da inexistência de controle urbano, o planejamento urbano da cidade, mesmo nas áreas de excelência do Bairro de Santa Inês, não funciona adequadamente. Isso, porque faltam normatizações para calçadas, normatizações para tráfego e estacionamento de carros, normatizações para questões de acessibilidade, entre outras práticas relacionadas ao Estatuto da Cidade (BRASIL, 2002), associados ao plano diretor que ainda não existe nas regras da cidade, aparentemente.

Desse modo, a cidade e o Bairro de Santa Inês seguem a mesma lógica de um crescimento urbano desenfreado, não organizado com pouca ou nenhuma lógica de planejamento urbano. Por essa razão, especula-se que a cidade não atinge um novo patamar de especulação imobiliária para novos agentes econômicos nacionais e internacionais, já que Imperatriz, a partir da lógica do Bairro de Santa Inês, não proporciona práticas de boa gestão pública, tendo como base as políticas normatizadoras para implementação de uma cidade mais inteligente sustentável. Na verdade, como pode ser verificado na Figura 7, a cidade possui uma grande deficiência no que diz respeito a saneamento básico, como, por exemplo: no Bairro de Santa Inês, no qual as estruturas de esgoto são fossas sépticas ou rede de esgoto clandestina, o que normalmente atingem lençóis freáticos ou rios.

**Figura 8** - Estrutura de esgoto a céu aberto no Bairro de Santa Inês



Fonte: Autores (2021)

Tal situação demonstra que o Bairro de Santa Inês é uma micro representação da cidade de Imperatriz com vários problemas, que remetem à prática da gestão pública do planejamento urbano. Tal gestão, desde sempre, fez com que a cidade crescesse, mas, até momento, não primou pelo seu desenvolvimento. Essa afirmativa surge em virtude da existência de inúmeras falhas no processo de boas práticas na gestão pública do município de Imperatriz, no que tange às ações de gestão e de planejamento urbano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho promoveu o desenvolvimento metodológico matricial entre as categorias de análise do espaço propostas por Santos (1985) com as práticas espaciais na globalização postas por Corrêa (2003), tendo o objetivo de compreender os processos de produção e de reprodução do espaço urbano capitalista periférico da cidade de Imperatriz, no Maranhão. Tal processo é verificado em múltiplas escalas. Em razão disso, foi escolhida a lógica do Bairro, que, segundo Clark (1985), indica ser uma micro realidade da totalidade da cidade. E, por esse motivo, é possível desenvolver tal metodologia, bem como desenvolver considerações para o Bairro e para a cidade que estão sendo analisados.

Foram desenvolvidos trabalhos de pesquisas secundárias - pesquisas em sítios governamentais, que representassem a lógica da cidade de Imperatriz, mais especificamente, o Bairro de Santa Inês, incluindo as redes sociais. Assim como foi desenvolvido trabalho de campo, tendo entrevistas semiestruturadas sobre a lógica do Bairro, contendo uma única pergunta acerca do positivo e negativo no Bairro de Santa Inês? Além disso, foram registradas imagens com a finalidade de materializar as correlações metodológicas estabelecidas na pesquisa.

Foi possível perceber que a cidade média de Imperatriz é uma localidade com certa complexidade de serviços, no entanto atrai muitas pessoas de outros municípios, como é colocado pelo IBGE (2020). Além disso, ela tem uma importância regional-nacional, em virtude de ser um nó entre várias cidades importantes do Nordeste, Norte e Centro-Oeste brasileiro.

Contudo, essa realidade não é transformada em boas práticas de gestão na perspectiva do planejamento urbano. Isso, pois, ao analisar o Bairro de Santa Inês, foi possível perceber que existem certas práticas deletérias de planejamento estratégico, em prol de certas classes dominantes locais e regionais. Mesmo sendo uma hipótese, foi possível perceber atuações estratégicas para



algumas áreas seletivas dos bairros, em detrimento de outras áreas que são direcionadas ao esquecimento. Dizendo de outra maneira, marginalizando as áreas que não são de interesse de mercado imobiliário local e regional.

Em termos de considerações finais, é possível ressaltar que a cidade de Imperatriz, a partir do seu Bairro de Santa Inês, possui um processo de baixo planejamento urbano, gerando assimetrias. Mesmo nas áreas mais nobres, não há nenhuma regulação, pois a cidade, mesmo com mais de 250 mil habitantes, não possui um plano diretor institucionalizado. Esse fato promove a não prática de controle e de boas práticas da gestão pública, na lógica do planejamento urbano.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele; SNO, Hironobu. Federalismo e Políticas Públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. In: OLIVEIRA, Romoaldo Portela de; SANTANA, Wagner (Org.). Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, v. 1, 2010, p. 39-70.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Econômica. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- ARAÚJO, José Alencar Viana de. A região de influência de Imperatriz (MA): Estudo da polarização de uma capital regional, destacando a regionalização dos serviços públicos de saúde. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.
- BRADFORD, Michael G.; KENT, William Ashley. A Geografia humana: teorias e suas aplicações. Lisboa: Gradiva, 1987.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 01 set. 2020.
- BRASIL. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2ª ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.
- CASTELLS, Manuel. Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, vol.1, 1999.
- CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. Novos estudos CEBRAP, v. 45, 1996, p. 152-166.
- CLARK, David. Introdução à Geografia Urbana. São Paulo: Difel, 1985.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) Geografia: Conceitos e Temas. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.
- HARVEY, David. Os limites do capital. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo. 2013.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Geografia. Regiões de influência das cidades 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- MARTINS, Francisco Robson Saraiva. Planejamento urbano: Uma abordagem da dimensão habitacional do município de Imperatriz (MA), 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) - Departamento de Economia, Contabilidade e Administração. Universidade de Taubaté. Taubaté, 2013.
- PEREIRA, José Carlos Matos. Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA), 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.
- PIMENTEL NETO, José Geraldo et al. Globalização e construção espacial: a redefinição do espaço nos países periféricos. In: AS AMÉRICAS: ENCRUZILHADAS GLOCAIS, 2007, Recife. Anais [...]. Recife, 2007, p. 354-367.

PIMENTEL NETO, José Geraldo. Arranjos institucionais e políticas públicas no Brasil: Uma análise preliminar para o desenvolvimento Urbano-territorial em Pernambucano. In: XVI Jornadas de Investigación del Centro de Investigaciones Geográficas y del Departamento de Geografía de la Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2014. Anais [...]. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FaHCE), 2014.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. A identidade da metrópole. O Processo de Verticalização em São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: Urbanização e Cidades. Perspectivas Geográficas. São Paulo: Gasper/EDUSP, 2001.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000, p.75-103.

---

<sup>1</sup>O foco neste estudo é o conceito de cidade que Manuel Coréia de Andrade (1998) define como um centro de relações de pessoas de outras áreas do campo e de outras cidades. Tais pessoas vêm para ela com o objetivo de adquirir bens expostos à comercialização e usar serviços que nela são fornecidos. O próprio autor diz que as cidades possuem fatores importantes que são: o seu tamanho funcional (fluxos econômicos), o seu tamanho populacional, a sua posição geográfica e as suas funções em que se especializou (um exemplo é uma cidade especializada no turismo ou mesmo uma cidade especializada na área médica como a cidade do Recife que tem o segundo polo médico do País).

<sup>2</sup>O espaço produzido e reproduzido desigualmente de tal forma que o “comportamento do espaço é influenciado pelas enormes disparidades geográficas e individuais” (SANTOS, 2003, p.126). A diferenciação deste espaço – seleção espacial - ocorre de forma que se pluralizam, de acordo com as características do lugar e do momento histórico.

<sup>3</sup>Abrucio e Franzese (2010) indicam que a Constituição de 1988 gerou maior poder decisório aos municípios, juntamente com a questão da eficiência, o que gerou um novo arranjo estratégico de gestão e de ação para os espaços urbanos, como: as cidades. Isso, por sua vez, promoveu a efetivação de estratégias, em uma perspectiva de discursos, voltados para as ações públicas de dinamização da cidade, que estão inseridas no debate do que se convencionou chamar de empreendedorismo urbano.

<sup>4</sup> Pimentel Neto (2014) enfatiza que as práticas do empreendedorismo urbano nas cidades médias estão mais associadas à lógica do poder dominante local. Em outras palavras, a prática patriarcal das oligarquias locais na tomada de decisão do município, gerando ações de interesses para essas classes dominantes. Isso, porque as grandes corporações não se interessam, em princípio, por essas cidades já que possuem diversos problemas estruturais, dificultando a valorização do solo urbano.

<sup>5</sup> O espaço urbano é definido como sendo um conjunto de usos da terra diferenciados justapostos entre si. Além disso, ele é, simultaneamente, fragmentado e articulado, consistindo em um reflexo da sociedade com lutas de classes (CORRÊA, 1995).

<sup>6</sup>Pimentel Neto et al (2007) indica outro exemplo que é quando uma multinacional atraída pelo Estado, através de isenção de taxas e impostos, ou ainda quando o território oferece uma série de atrativos naturais. Entrementes, essas facilidades não têm grande significância, quando não estão ligadas ao mercado consumidor, à proximidade dos portos ou a um aparato técnico-científico, que facilitem as trocas comerciais. Ou seja, é necessária uma infraestrutura, que garanta a manutenção e a existência de uma grande empresa em um determinado local, tendo acesso à interação destas com múltiplas escalas.

<sup>7</sup>Informações iconográficas disponíveis na web sobre a cidade de Imperatriz; Sítio da Prefeitura de Imperatriz - Leis, Normas, documentações, plano diretor (será debatido neste artigo esse documento.) e informações diversificadas da cidade de Imperatriz nos diversos sítios da região.

---

<sup>8</sup> Todo trabalho de campo foi feito com alunos seguindo o protocolo de distanciamento de até 1,5 usando máscara N95 e face shield e álcool gel.

<sup>9</sup> Ver em: <https://www.imperatriz.ma.gov.br/portal/plano-diretor/plano-diretor.html>

<sup>10</sup> Página da prefeitura de Imperatriz - <https://www.imperatriz.ma.gov.br/>

<sup>11</sup> Sítio enviado pelo atendimento da ouvidora pela solicitação do mapeamento da cidade por bairros - <https://urbanidades.arq.br/mapasconfiguracionais/2017/04/21/sudoeste-maranhense-imperatriz-ma/>. Neste documento não há nenhuma informação no arquivo é apenas a delimitação municipal com as vias e as estruturas de edificação não há nenhuma outra informação.

<sup>12</sup> É necessário um estudo para identificar qual o tipo dos agentes modeladores do espaço urbano de Imperatriz-MA, pois não há grandes incorporações como Moura Dubeux, Odebrecht, Queiroz Galvão. Essas práticas modeladoras do espaço urbano em Imperatriz são feitas com empresas locais-regionais associadas aos empresários locais-regionais (oligarquias), pois, a principal hipótese é que a cidade de Imperatriz, por ser desordenada, na lógica do planejamento urbano, não interessa as grandes corporações, tal investimento na cidade.

<sup>13</sup> Os bairros são: Santa Rita, Nova Imperatriz, Bom Sucesso e Parque Tocantins.